

**CONSULTORIA JURÍDICA
PARECER Nº 621**

PROJETO DE LEI Nº 11.614

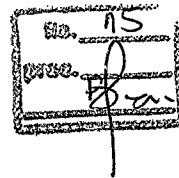
PROCESSO Nº 70.334

De autoria do **PREFEITO MUNICIPAL**, retorna a esta Consultoria o presente projeto de lei, que autoriza subvenções sociais no exercício de 2014.

A propositura encontra sua justificativa às fls. 06, e vem instruída com os documentos de fls. 07/11. Às fls. 08 há expediente informando que os relatórios das atividades apresentadas pelas instituições sociais, culturais e esportivas – relacionadas às fls. 09 - formam auto em separado mantido em arquivo. As entidades que receberam subvenção ofereceram a devida prestação de contas no que se refere ao exercício financeiro de 2013 (conforme exigência do art. 2º do presente projeto), nos termos do disposto no art. 2º da Lei 3.654/90 combinado com o art. 215 e seguintes da Lei Orgânica de Jundiaí – Capítulo VII – Da Assistência Social -, sendo importante esclarecer que também há entidade que não recebeu subvenção no exercício de 2013 – Clube Filatélico Jundiaiense – FIJUN -, mas que está contemplado no presente projeto.

Às fls. Fls. 10/11 há manifestação da Diretoria Financeira, no sentido de indicar, justificadamente, se o projeto atende os termos/parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Diretoria Financeira, órgão técnico que detém a competência exclusiva de se pronunciar sobre matérias de cunho contábil e financeiro do Legislativo, informa através de seu Parecer nº 0029/2014, que: **1)** o projeto de lei tem por finalidade conceder subvenções, nos termos do art. 13, V, c/c o art. 215 da Lei Orgânica de Jundiaí; arts. 16 e 17 da Lei federal 4.320/64, e Lei municipal 3.654/90, no valor de R\$185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), observadas as seguintes divisões: **a)** a entidades esportivas, R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), e **b)** a entidades culturais no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); **2)** a planilha de fls. 07 aponta os valores envolvidos e as dotações orçamentárias a serem utilizadas com a presente ação, salientando que tais dotações estão devidamente aprovadas pela Lei Municipal 8.128, de 28 de dezembro de 2013 (Lei Orçamentária de 2014); **3)** referida planilha aponta previsão de superávit financeiro tanto para o presente exercício como para os três próximos; e **4)** o projeto atende a Lei de Responsabilidade Fiscal (*Lei Complementar Federal nº 101/00 (L.R.F)*). Ressalte-se que o parecer financeiro foi subscrito pelo Diretor Financeiro e por Assessor de Serviços Técnicos, pessoas eminentemente técnicas do órgão, cuja fundamentação se respalda esta Consultoria Jurídica, posto que matéria financeira e contábil não pertence ao seu âmbito de competência. Assim, nossa manifestação jurídica leva em consideração a presunção de verdade contábil-financeira exarada por quem de direito.



É o relatório.

PARECER:

1. A proposta em exame se nos afigura revestida da condição legalidade no que concerne à competência (art. 6º, "caput", art. 215), e quanto à iniciativa, que é privativa do Chefe do Executivo (art. 46, IV), sendo os dispositivos destacados pertencentes à Lei Orgânica de Jundiaí.

2. A matéria é de natureza legislativa, uma vez que busca autorização para concessão de subvenções, indicando no art. 3º do projeto as fontes orçamentárias para a cobertura das despesas, que correrão a conta das rubricas que especifica, dotações essas previstas no orçamento do presente exercício financeiro – Lei 8.128/2013 – para essa finalidade. Ressaltamos que, para que o Executivo possa abrir créditos das subvenções concedidas às entidades que relaciona, indispensável se torna o aval da Câmara, consoante estabelece a Carta de Jundiaí - art. 13, V -, quesito que busca suprir, assim como o atendimento das exigências contidas no art. 2º do projeto no que se refere às entidades estarem cadastradas no órgão da Prefeitura e quites com as prestações de contas de subvenções anteriormente recebidas. Sobre o quesito mérito, dirá o soberano Plenário.

3. Além da Comissão de Justiça e Redação, embasados no inc. I do art. 139 do Regimento Interno, sugerimos a oitiva das Comissões de Finanças e Orçamento e de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

4. **QUORUM:** maioria simples (art. 44, "caput", L.O.M.).

S.m.e.

Jundiaí, 4 de julho de 2014.

Fábio Nadal Pedro
Consultor Jurídico

Ronaldo Salles Vieira
Ronaldo Salles Vieira
Consultor Jurídico